

# O SOCIAL E O HUMANO



## CABE AOS TRABALHADORES DETERMINAR A COMPOSIÇÃO FUTURA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Eleger deputados é uma responsabilidade que decorre de analisar a realidade do país, pensar soluções, ouvir propostas, confiar o seu voto em pessoas e projectos políticos.

Cabe à maioria - aqueles que vivem do seu trabalho - decidir sobre o seu próprio futuro, interesses e aspirações. Os últimos anos revelaram que o reforço do PCP e da CDU permite criar condições para abrir caminho à defesa de direitos e à concretização de uma alternativa.

A chantagem, em nome da estabilidade política, levada a cabo pelo PS, traduziu-se precisamente no contrário. A vida veio desmentir a ilusão que levou muitos a pensar que uma maioria absoluta do PS iria travar o crescimento da direita.

O PS não só não fez frente a esse crescimento como contribuiu para a agenda e objectivos dessas forças. A maioria absoluta do PS colocou-se, como sempre, ao serviço dos grupos económicos, convergindo com as posições do PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal.

Uma convergência que está a resultar numa obscena acumulação de lucros por parte das grandes empresas ao mesmo tempo que sobram dificuldades para a larga maioria da população.

Como se vê neste Orçamento do Estado, estas forças políticas estão de acordo na contenção dos salários e pensões, com ainda mais benefícios fiscais aos grupos económicos, na baixa efectiva no IRC, nos gastos com as Parcerias Público Privadas, na transferência de mais de 8 mil milhões de euros para o negócio privado da doença, em não regular o sector mais liberalizado da economia nacional que é a habitação.

Este não é o tempo de ficar à espera, porque se é verdade que estamos perante uma crise política, a crise de quem vive do seu trabalho está aí todos os dias.

## UNIVERSIDADES COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

Desde o início da ditadura, que a universidade foi um espaço de resistência. As crises estudantis abalaram o regime fascista desde as suas origens, com as crises académicas de 1928, de 1931 e ainda em 1945. Foi contudo perante a ameaça à autonomia das associações estudantis, com a promulgação do decreto 40.900 de 1956, que os protestos atingiram uma maior escala.

As crises académicas que abalaram o regime continuaram a ter como rastilho a crescente interdição da participação democrática, com a proibição do Dia do Estudante em 1962, a prisão de dirigentes estudantis em 1965, e o impedimento do presidente da Associação Académica de Coimbra de discursar durante a visita de Américo Tomás em 1969. Paralelamente, muitos professores foram afastados do ensino por manifestarem a sua oposição ao regime. A mobilização de estudantes e professores ao longo de toda a ditadura assegurou que, depois do 25 de Abril, as universidades se tornassem espaços de gestão democrática e liberdade de pensamento e expressão.

A mobilização e a resistência académica tem vindo a ser evocada e inscrita na memória colectiva. Em 2011, foram homenageados os docentes que foram afastados das universidades pela ditadura, com a participação, entre outros, da presidência do conselho de Reitores, sendo inclusive descerradas placas comemorativas com os nomes dos professores perseguidos.

A começar pela de milhares de investigadores que vão ver os seus contratos terminar nos próximos anos e sem uma real solução para acabar com a precariedade em que se encontram.

A realidade revela a necessidade de um outro caminho, protagonizado pelos que lutam todos os dias pelo aumento de salários e pensões, pela defesa do SNS e do acesso à saúde, pela garantia do direito à habitação, dos direitos das crianças e dos pais, da educação e da justiça, que recuse as privatizações e a promiscuidade entre o poder político e o poder económico.

É necessário que esta grande maioria de pessoas intensifique as suas reivindicações nos próximos meses, exija respostas imediatas e influencie o rumo político futuro.



Em 2022, já no quadro da celebração dos 50 anos do 25 de Abril, foi inaugurada a exposição “Primaveras Estudantis: da crise de 1962 ao 25 de Abril”, com destacada projecção mediática e apoio institucional.

No entanto, a par das sucessivas barreiras impostas no acesso das classes e camadas mais desfavorecidas aos mais elevados graus de ensino (numerus clausus, propinas, incipiente acção social escolar, carências ao nível das residências públicas, etc.), verifica-se uma crescente fragilização da gestão democrática das instituições, patente no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e no Modelo Fundacional.

O Ensino Superior em Portugal está hoje muito distante daquele que em Abril se instituiu. Urge manter a mobilização estudantil, do corpo docente e dos investigadores em defesa de uma universidade democrática e participada, contra o RJIES e o regime fundacional, contra a precariedade de docentes e investigadores, contra as propinas, pela gratuidade e universalidade do sistema.

# A CRIMINALIZAÇÃO DO PROTESTO, ARMA DE SILENCIAMENTO DO CAPITAL

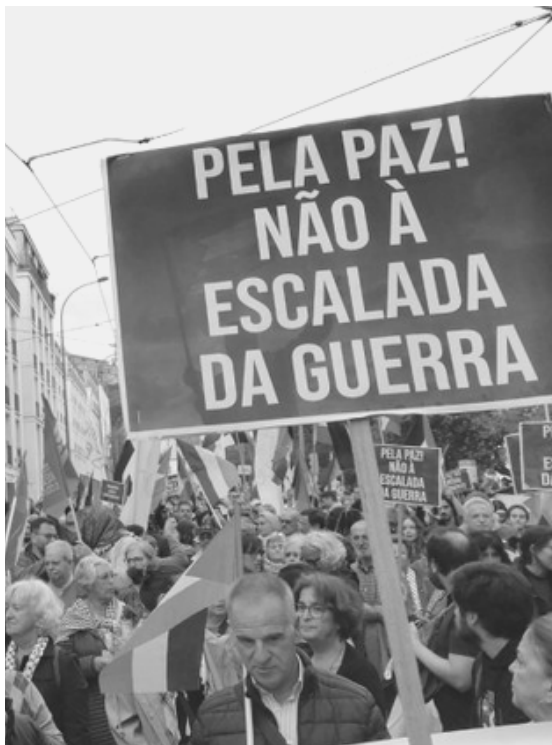
À medida que o capital se sente encurralado e as suas contradições emergem mais cristalinas, mais necessário lhe é calar o dissenso e criminalizar todo o tipo de protesto.

Os anos da pandemia do Covid-19, em que, numa escala global, vimos muitos direitos sociais e políticos suspensos ou simplesmente abolidos – e, em Portugal, muitos se mantiveram porque temos ainda uma Constituição da República que os defende –, foram cruciais para abrir precedentes em ondas de perseguição, repressão e criminalização de protestos.

Isto não se tem passado apenas em Portugal – como demonstram as grandes manifestações do Black Lives Matter (nos EUA e Reino Unido), dos activistas pelo clima um pouco por todo o mundo, ou a onda de protestos em toda a América Latina desde 2020 (Chile, Colômbia, Equador, Peru).

Mas desde a guerra na Ucrânia, com o brutal aumento do custo de vida e a significativa perda salarial, com mexidas nas legislações laborais para esmagar ainda mais os direitos dos trabalhadores (como em França, com a lei das pensões, ou em Portugal, com a recusa do Governo PS em revogar leis penosas do tempo da troika), e a riqueza cada vez mais concentrada nas mãos de uns poucos, lutas têm-se aberto em inúmeras frentes face à violência do capital cada vez mais exposta.

A criminalização dos protestos pela transição climática, como se viu ainda em Novembro, nesta mesma Universidade, com a direcção da FCSH a chamar as autoridades para prender os activistas por não terem “autorização prévia” para se manterem na FCSH após as 23h, é só mais um exemplo.



A uma escala global a situação agudiza-se. Na sequência da escalada da violência em Israel e na Palestina, milhões de vozes por todo o mundo têm-se unido na denúncia da ocupação, limpeza étnica e do regime de apartheid de Israel, agravado já pela invasão terrestre da Faixa de Gaza, onde milhares de palestinianos já morreram e milhões estão agora sitiados, encurralados e forçados ao exílio numa violência sem precedentes.

Por todo o mundo, vozes pela Palestina têm sido acusadas de ser “antissemitas” ou “pró-Hamas”, silenciadas, censuradas, e, em alguns casos, criminalizadas por pedir cessar-fogo, defender a existência de um Estado palestiniano ou simplesmente demonstrar solidariedade com o seu povo, humilhado e massacrado por Israel. A ideologia dominante e as vozes do(s) nosso(s) Governo(s) na ONU, na UE e em Portugal, têm demonstrado uma aliança para com as violações de todas as regras da ordem internacional por parte de Israel, e uma cruel indiferença perante o genocídio do povo palestiniano em curso e a que estamos a assistir. Mas não nos calaremos enquanto a Palestina não for livre!

# A QUALIDADE DE ENSINO FAZ-SE DA LUTA DOS PROFESSORES

Faltam já muitos professores. Mas anunciam-se maiores problemas num futuro próximo com a aposentação de muitos professores. Estas notícias que acompanhamos todos os dias, na verdade, não contam apenas histórias de má planificação, ou de inadaptação às curvas demográficas da população estudantil, ou de desvalorização de um estatuto profissional. Contam também histórias, já com quase cinquenta anos, do tempo em que se formaram todos estes professores que agora se estão a aposentar.

Comemorar o 25 de Abril de 1974 faz-se também relacionando os dias de hoje com o que então se passou. E o que então se passou foi um fenómeno de tal dimensão, a nível da expansão do sistema escolar, que as suas marcas se sentem passados quase 50 anos.

A expansão do sistema de ensino não começou em 74, sabemos-lo bem. Os anos sessenta foram marcantes, sobretudo para a população que então tinha cerca de dez anos. Mas estava-se num patamar tão baixo que qualquer evolução, mesmo quando se fazia notar, continuava a deixar fora do sistema de ensino a maior parte da população.

O movimento revolucionário realizou, entre as suas principais acções, a alfabetização generalizada pois, até 1974, um em cada quatro portugueses era analfabeto. Criou uma Escola Pública que permitisse o acesso universal de todas as crianças e jovens em idade escolar. Unificou-se o ensino, mudaram-se os programas e os métodos pedagógicos, alargou-se a escolaridade obrigatória, primeiro até ao 9.º ano e depois até ao 12.º ano.

No sector público, embora nunca de modo satisfatório, instituíram-se as Educações Pré-escolar e a Educação Especial. Os avanços no ensino superior foram substanciais.



Em 1978, existiam 81 582 inscritos e, em 2023, 446 028, ou seja, 5,5 vezes mais. Contudo, apesar da definição constitucional, nunca se alcançou o objectivo essencial de um ensino sem *numerus clausus* e gratuito para todos. A expansão deste grau de instrução foi fundamental para formar os verdadeiros transformadores da escola em Portugal – os professores.

A situação actual de falta de professores é um sinal e um alerta. Chamar professores às escolas, aos cursos de formação, criar condições para que estes cursos recebam quem está interessado, criar condições para que a profissão seja valorizada. Estas são algumas tarefas dos nossos dias, a lembrar a necessidade de uma escola democrática e para todos.

Como o PCP alertou, com a maioria absoluta do PS, não houve estabilidade económica, social e nem sequer política.

Não houve uma melhoria das condições de vida – que deveria e poderia ter sido feita pelo aumento dos salários e pelo controlo dos preços, pelo reforço dos serviços públicos, como na saúde, educação, ensino superior e ciência, pelo assegurar do direito básico e constitucional à habitação; não foram tomadas medidas em defesa do ambiente; não se combateu a corrupção, evidenciando-se a relação promíscua e de subordinação do poder político ao poder económico.

**RECORTA E ENVIA PARA:** Partido Comunista Português • Avenida da Liberdade, 170, 1200 Lisboa, Portugal • s.intelectual@dori.pcp.pt

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Telemóvel \_\_\_\_\_

Código-postal \_\_\_\_\_

Endereço electrónico \_\_\_\_\_

## FICHA PARA CONTACTO

Se pretendes aderir ou participar no PCP, preenche os seguintes dados que nos permitirão contactar-te

